

informativo



INFORMATIVO DO SICOOB CREDFAZ SERVIDOR FEDERAL FEVEREIRO/MARÇO 2018
ED. Credfaz - SCS - Q 05 - BL. C - ENT 165 - CEP 70305-921 - BRASÍLIA/DF - FONE/FAX: 61 3035-8299

DESTAQUE

MAIS DE R\$ 16 MILHÕES

Sobras e juros de 2017 mostram cooperativa forte.

PÁGINA 3



PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017

ENCARTE

ENTREVISTA - PRODUTOS E SERVIÇOS DO SICOOB

com Juliano de Andrade Almeida

Do Sicoob Planalto Central

PÁGINA 5

EDITORIAL: Uma boa escolha (PÁGINA 2)

Uma Boa Escolha



José Alves de Sena

Com taxas de juros menores e prazos de até 96 meses, o Sicoob Credfaz Servidor Federal há mais de 22 anos é uma opção para servidores federais que não querem perder boa parte da renda nas modalidades de crédito oferecidas por bancos e financeiras. É preciso lembrar: essas instituições operam em um mercado que está entre os mais caros do mundo, onde os juros e a carga de impostos representam freios ao desenvolvimento econômico e social.

As linhas de crédito do Sicoob Credfaz Servidor Federal dão aos associados a possibilidade de ganhos maiores, visto que parte do que é pago pelos mesmos retorna na forma de sobras, que são a diferença entre as receitas e despesas da Cooperativa. Isto é: tudo o que foi pago em juros e outras taxas colabora para manutenção e investimentos da entidade. Os valores excedentes dessas operações são rateados entre os participantes após o fechamento do exercício anual. Parte desses recursos também compõe o fundo de reservas.

Outra excelente opção para reduzir os gastos com juros é a portabilidade de empréstimos. Os servidores podem transferí-los para o Sicoob Credfaz Servidor Federal em condições mais favoráveis, visto que não têm perdas e ainda encontram juros menores e prazos adequados.

Quanto às garantias e segurança financeira, os servidores federais podem ficar tranquilos, porque o Sicoob Credfaz Servidor Federal está entre as cooperativas de crédito mais sólidas do país, com reservas que ultrapassam a casa dos R\$ 30 milhões. Ademais, todas as operações da entidade são acompanhadas pelo Banco Central e por outros órgãos de controle.

A melhor escolha é pagar menos e ganhar mais com a segurança necessária, que você encontra no Sicoob Credfaz Servidor Federal.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DO SERVIDOR FEDERAL LTDA SICOOB CREDFAZ SERVIDOR FEDERAL

www.credfaz.org.br
Ed. Credfaz – SCS Q. 05 - Bl. C - Ent. 165
CNPJ: 00952415/0001-65
CEP: 70305-921
Fone/Fax: (61) 3035-8299
Ouvidoria SICOOB: 0800 725 0996

DIRETORIA EXECUTIVA

Conselheiro e Diretor Presidente:
José Alves de Sena
Conselheiro e Diretor Financeiro:
Agostinho Fernandes Bezerra
Conselheiro e Diretor Administrativo:
Carlos Alberto Pio
Conselheiro e Diretor de Crédito:
Nelson Pessuto

EXPEDIENTE

Redação: Roni Pinheiro
Diagramação: Ana Helena Melo
Produção: Easy Comunicação Integrada
Gráfica: Gráfica Qualidade
Tiragem: 3.000 exemplares

-Nós lemos-

CONTA CORRENTE E HOME BANKING

O Sicoob Credfaz Servidor Federal facilita o recebimento de salário, pagamento de contas, transferências e consultas de saldo e extrato por meio de aplicativo ou pelo site. Tudo com máxima segurança e conforto que você precisa, sem taxa de administração ou cobranças extras.

destaque

MAIS DE R\$ 16 MILHÕES

Sobras e juros de 2017 mostram cooperativa forte.

Carlos Alberto Pio



O Sicoob Credfaz Servidor Federal distribuirá mais de R\$ 16 milhões em 2018 entre os associados. Esse montante corresponde às sobras e juros de 2017. Parte desse recurso servirá às reservas da cooperativa e à incorporação do capital social de cada um dos mais de seis mil associados. O restante será depositado na conta corrente de cada um desses.

Para o diretor administrativo, Carlos Alberto Pio, os números apenas comprovam o que tem sido anunciado desde a fundação da entidade na metade dos anos 90, que a cooperativa de crédito é a melhor opção para os servidores públicos federais. "Não há o que discutir,

basta analisar as contas e constatar que os associados do Sicoob Credfaz Servidor Federal obtiveram mais benefícios do que aqueles que ainda utilizam bancos e financeiras", declarou. O diretor diz que a saúde financeira da instituição é tão boa que para cada R\$ 1,00 investido há uma reserva de R\$ 3,00. "Além do montante das sobras, temos reservas na ordem de R\$ 30 milhões, que dão total segurança aos nossos associados".

O sistema cooperativo de crédito oferece as mesmas garantias das instituições bancárias, sendo igualmente fiscalizado por auditorias independentes, Banco Central e órgãos de controle.

DISPONÍVEL PARA TODO SERVIDOR FEDERAL

O Sicoob Credfaz Servidor Federal recebeu autorização do Banco Central, em dezembro de 2017, para associar todos os servidores federais lotados no DF, das agências reguladoras de qualquer lugar do país, do Ministério da Previdência Social e do INSS de Brasília e do Rio de Janeiro, que desejarem ser associados da cooperativa.

Essa medida deve ser comemorada, visto que abre a possibilidade de atendimento para um número maior de servidores. O que representa mais pessoas usufruindo dos benefícios oferecidos pelo Sicoob Credfaz Servidor

Federal, analisa Carlos Alberto Pio. Ele destaca alguns dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa. "Nós temos conta corrente para recebimento de salário, cartões de crédito com programa de milhagem, empréstimos com juros menores e prazos maiores, consórcios de carro, moto e de casa todos com taxas de administração especiais; seguros de vida, automóveis e residenciais mais em conta, portabilidade de empréstimos de outras instituições financeiras em condições vantajosas para os associados e muito mais".

Para ser associado do Sicoob Credfaz Servidor Federal basta acessar a página da cooperativa: www.credfaz.org.br ou entrar em contato pelo telefone: (61) 3035 8299 ou pelo e-mail: emprestimo@credfaz.org.br e obter as informações.

entrevista

Em entrevista ao **Informativo**, o Gerente de Desenvolvimento de Negócios do Sicoob Planalto Central, Juliano de Andrade Almeida, fala dos produtos e serviços disponibilizados pelo Sicoob Credfaz Servidor Federal e quais as vantagens de cada um. Ele destaca que todos os valores aplicados na cooperativa geram sobras no final, diferencial encontrado no cooperativismo de crédito.

SOBRAS:

Após fechar o balanço contábil anual, a cooperativa distribui entre os associados os valores correspondentes à diferença entre o que foi arrecadado e o gasto com a manutenção da mesma. Esse montante é chamado de sobras.

CRÉDITO:

As modalidades de empréstimo oferecidas estão entre as mais vantajosas, por conta dos juros baixos e prazos de pagamento, que se estendem até 96 meses. Nenhuma outra instituição fora do sistema de crédito cooperativo pode igualar as condições oferecidas. Visto que só nele parte dos valores pagos retornam como sobras.

Juliano de Andrade Almeida



PORATIBILIDADE:

A transferência de empréstimos contraídos em outras instituições financeiras para o Sicoob Credfaz é bastante vantajosa, visto que abre a possibilidade de melhora nas condições de crédito com diminuição de juros e adequação de prazos na renovação.

CONSÓRCIO:

Comprar um carro, moto e imóvel sem pagar juros já seria fantástico, mas no Sicoob Credfaz Servidor Federal isso ainda fica melhor. Porque os associados podem comprar cotas de consórcio com taxas de administração exclusivas. Os grupos de automóveis operam com 8%, os de imóveis 9,5% e os de motocicletas com 11%. É bom lembrar que esses percentuais ficam ainda menores com a devolução das sobras.

CONHEÇA NOSSOS POSTOS DE ATENDIMENTO



SÃO PAULO

Rua Brigadeiro Tobias, nº 577, 4º andar,
salas 407/409, Centro Empresarial
Barão do Rio Branco, Centro
SÃO PAULO-SP | CEP 01.032-903

11 3227 5822

MINAS GERAIS

Rua dos Goitacazes, 43,
salas 308 e 309, Centro,
Belo Horizonte-MG | CEP 30.190-050

31 3222 0933

RIO DE JANEIRO

Rua Debret, nº 23, Centro, sala 701.
Ao lado do Ministério da Fazenda.
RIO DE JANEIRO-RJ | CEP 20.030-080

21 2508 6218

BRASÍLIA/SEDE

SCS QD. 5 - BL. C - ENT 165
Edifício Credfaz
BRASÍLIA-DF | CEP 70305-921

61 3035 8299

CARTÕES DE DÉBITO E CRÉDITO:

O Sicoobcard é um produto excelente e contempla perfis diferentes de consumidores, que podem ser tipo Clássico, Gold, Platinum ou Black, todos esses com possibilidade de compras e saques no Brasil e no exterior, programa de milhagem que transforma pontos em milhas aéreas, redução progressiva de anuidade e isenção da mesma para associados com boa movimentação; ademais, taxas de juros menores do que aquelas cobradas por outros cartões de crédito. Há outros dois diferenciais que se somam aos citados: fechamento da fatura com cotação do dólar do dia anterior e valores para composição das sobras.

COMPRA SEGURA NA INTERNET:

Os associados do Sicoob Credfaz Servidor Federal contam com o cartão de crédito digital. Para evitar qualquer tipo de clonagem é gerado um número exclusivo em cada operação feita, que não se repete e não pode ser utilizado mais de uma vez. Esse é um diferencial extraordinário do Sicoobcard.

CONTA CORRENTE:

Os associados contam com todos os serviços de uma conta corrente de banco, podem inclusive receber o salário por meio dela, mas sem cobrança da taxa de administração. Ainda podem recorrer ao crédito do cheque especial com juros menores, que também são computados para sobras.

INTERNET HOME BANKING:

Sem sair de casa ou do trabalho, os associados podem movimentar a conta corrente, fazer pagamentos, transferências, consultas de saldos e extratos com máxima segurança.

APP SICOOB:

O aplicativo do Sicoob é sensacional. Os associados podem fazer consultas, pagamentos e transferências por meio dele. Além disso, podem realizar bloqueio e desbloqueio do cartão, gerenciamento de limite de cartão adicional e podem definir quanto cada usuário vai gastar no cartão.

SEGUROS:

Os associados do Sicoob Credfaz Servidor Federal podem contratar apólices de seguros de veículos, imóveis e de vida. As maiores vantagens estão nos preços diferenciados e atendimento personalizado. Entre as seguradoras, eles podem escolher HDI, Mafre, Porto Seguro, Azul, Tokio e Liberty. Outro ponto relevante é que a contratação de seguros geram sobras.

CADERNETA DE POUPANÇA E PREVIDÊNCIA:

Para quem pretende planejar bem o futuro, as aplicações financeiras oferecem rendimentos superiores e total garantia aos investidores, que podem garantir uma renda melhor agora e para a aposentadoria.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 1/2018

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – AGO/AGE

O Presidente do Conselho de Administração da COOPERATIVA DE CRÉDITO DO SERVIDOR FEDERAL LTDA – SICOOB CREDFAZ SERVIDOR FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca seus Delegados, que nesta data somam 27 (vinte e sete), para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária de número 23 e, após seu término, no mesmo local, em Assembleia Geral Extraordinária de número 27, que serão realizadas no dia 17 de março de 2018, no Carlton Hotel, SHS, Q 5, Bl G, Brasília-DF, (as assembleias serão realizadas em outro local por falta de espaço para acomodações na sede), às 14:00 horas em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos Delegados, ou às 15:00 horas, em segunda convocação, com 1/2 (metade) mais 1 (um) dos Delegados, ou às 16:00 horas, em terceira e última convocação, com a presença de, no mínimo, 10 (dez) Delegados para deliberarem sobre a ordem do dia, abaixo discriminada : 1 - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – AGO - 1.1 – Prestação de contas do Exercício de 2017. 1.2 – Destinação e forma de distribuição das sobras Líquidas apuradas no exercício de 2017; 1.3 – Eleição dos Membros do Conselho Fiscal. 1.4 - Autorização para Alienação dos Imóveis da Cooperativa de Crédito do Servidor Federal Ltda, situado na Rua Brigadeiro Tobias, nº 577, salas 407, 408 e 409, Edifício Centro Empresarial Barão do Rio Branco, centro, na cidade de São Paulo – SP, objeto dos registros nas matrículas de números 13.069, 13.076 e 13.084, do Cartório de Registro de Imóveis. 1.5 - Definição do Valor Global para pagamento da Verba de Representação dos Diretores e da Cédula de presença para os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal. 1.6 – Aprovação da Política de Sucessão de Administradores do Sicoob Credfaz Servidor Federal, 1.7 – Aprovação da Política Institucional de Controles Internos e Conformidade do Sicoob Credfaz Servidor Federal. 1.8 - Assuntos Gerais de interesse social do SICOOB CREDFAZ SERVIDOR FEDERAL. 2 - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - AGE 2.1 – Ampla Reforma do Estatuto Social do SICOOB CREDFAZ SERVIDOR FEDERAL. Brasília – DF, 20 de fevereiro de 2018. JOÃO DIAS NETO. PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 2/2018

ELEIÇÃO DO CONSELHO FISCAL

O Presidente do Conselho de Administração da COOPERATIVA DE CRÉDITO DO SERVIDOR FEDERAL LTDA – SICOOB CREDFAZ SERVIDOR FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem o Estatuto Social e o Regulamento de Eleições do SICOOB CREDFAZ SERVIDOR FEDERAL, comunica a todos os sócios da Cooperativa, a realização no próximo dia 17/03/2018, da eleição dos Membros do CONSELHO FISCAL. Os interessados em concorrer deverão observar as exigências Estatutárias e Regimentais e inscrever-se, apresentando chapa completa para os cargos e período abaixo estabelecidos, com a anuência, por escrito, em ficha individual com os dados de identificação dos candidatos. As inscrições serão recebidas até às 17:00 horas do dia 1/03/2018, na sede da Cooperativa, no SCS, Q. 5, Bl. "C", Entrada 165, Edifício CREDFAZ, Brasília – DF. Demais informações e formulários poderão ser obtidos na sede do SICOOB CREDFAZ SERVIDOR FEDERAL com a Comissão Eleitoral ou Diretoria Executiva, fone 61 – 3035 8299. O Estatuto e o Regulamento de Eleições do SICOOB CREDFAZ SERVIDOR FEDERAL podem ser extraídos no site www.credfaz.org.br ou solicitados na sede da Cooperativa. 1 – CHAPA PARA O CONSELHO FISCAL composta por 3 (três) Conselheiros Efetivos e 3 (três) Conselheiros Suplentes, indicando o Presidente, Secretário, Conselheiro Efetivo e 3 (três) Conselheiros Suplentes, conforme disposto nos artigo 57 e §4º, do Artigo 69, do Estatuto Social e no Regulamento de Eleição, para o mandato de 2 (dois) anos, a contar da posse dos eleitos que será efetivada após a homologação dos nomes pelo Banco Central do Brasil e o mandato estender-se-á até a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2020. Brasília – DF, 23 de janeiro de 2018. JOÃO DIAS NETO. PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

PUBLICADO NA PAGINA E2, Valor, Sexta-feira, 26 de janeiro de 2018.

REPUBLICADO no dia 22 de fevereiro de 2018.



SICOOB
Credfaz Servidor
Federal

*Agora disponível para
todo servidor federal!*

Servidores federais (lotados no DF), das agências reguladoras de todo o país e do Ministério da Previdência Social e do INSS de Brasília e do Rio de Janeiro podem contar com todos nossos produtos e serviços.

Produtos

Crédito Consignado;
Portabilidade de Empréstimos;
Seguros de Vida, Automóveis e Imóveis;
Cartões de Crédito e Débito;
Aplicações Pessoa Física (RDC Sicoob);
Poupança;
Previdência Privada;
Empréstimo Consignado INSS;
Conta Corrente;
Internet *Home Banking*;
Débito Automático;
Consórcio.

*Mais
benefícios
em tudo!*



(61) 3035 8299

www.credfaz.org.br

<input type="checkbox"/> PROPOSTA DE ADMISSÃO	<input type="checkbox"/> ATUALIZAÇÃO CADASTRAL	<input type="checkbox"/> AVALISTA	Nº	
Nome:				
End. Resid:		Bairro:		
Cidade:	UF:	CEP:	Fone: ()	
E-mail:		E-mail:		
Pai:		Mãe:		
Nacionalidade:	Data de Nascimento: / /	Local:	UF:	Sexo: <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F
CPF:	RG:	Data de emissão: / /		Orgão Emissor - UF
Situação Funcional: <input type="checkbox"/> Ativo(a) <input type="checkbox"/> Aposentado(a) <input type="checkbox"/> Pensionista <input type="checkbox"/> Outros				
Siape Nº:	Data de Admissão: / /		Cargo/Função:	
Orgão Pagador:	Lotação:		Tel. Trab. ()	
Banco Nº:	AG. Nº:	C.C. Nº:	POUPANÇA Nº:	
Conta é: <input type="checkbox"/> Individual <input type="checkbox"/> Conjunta	Estado Civil:		Regime Casamento:	
Nome do Cônjuge:		RG do Cônjuge:	Orgão Emissor - UF	CPF do Cônjuge:

À Diretoria do SICOOB Credfaz Servidor Federal.

Pela presente, venho solicitar minha admissão no quadro social do SICOOB Credfaz Servidor Federal, para o que presto as informações acima e neste ato, declaro ser convededor(a) de seu Estatuto Social e AUTORIZO o SICOOB Credfaz Servidor Federal a mandar debitar em minha folha de pagamento ou em minha conta de depósitos na própria Cooperativa ou em qualquer instituição financeira da qual sou correntista, os valores referentes á amortização de empréstimos, financiamentos, pagamentos de serviços e outras obrigações, bem como a integralização do capital mínimo e a capitalização mensal de R\$ _____ (_____) durante (_____) meses ou por prazo indeterminado, de meus proventos ou vencimentos, conforme previsto no Estatuto Social. Autorizo, também, o orgão de Recursos Humanos, a fornecer ao SICOOB Credfaz Servidor Federal meus dados financeiros e cadastrais para fins de atualização de cadastro, bem como, a consultar os dados constantes na central de risco do Banco Central (Bacen).

Concordo que o eventual cancelamento desta AUTORIZAÇÃO dar-se-á somente com a anuência prévia e expressa do SICOOB Credfaz Servidor Federal e depois de liquidadas todas as obrigações de minha responsabilidade perante a mesma.

Declaro que resido no endereço acima e que as informações prestadas são verdadeiras, respondendo civil e criminalmente por sua autenticidade de acordo com o Código Civil, Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e com a lei 4.225, de 24/10/2008, do Distrito Federal.

_____, _____ de _____ de _____

ASSINATURA PROPONENTE/ASSOCIADO

Responsável pela abertura da conta e conferência dos dados

Assinatura do Diretor do SICOOB Credfaz Servidor Federal

Anexar: Cópia do RG, CPF ou CNH, contra-cheque, comprovante de residência (em nome do solicitante), certidão de casamento e comprovante de depósito identificado no valor de R\$ 120,00 em favor da Cooperativa – Banco do Brasil (nº 001) – Agência: 2883-5 – Conta: 300.311-6;

SERVIDOR FEDERAL, NÓS TEMOS + MAIS VANTAGENS PARA VOCÊ

CRÉDITO JUSTO

PORTABILIDADE

Traga seu empréstimo para
o **Sicoob Servidor Federal**

REFINANCIAR
em até
96 MESES
o seu
**CRÉDITO
CONSIGNADO**

Taxas de juros mais
atraentes e sobras no
final do ano. **Condições**
super favoráveis para você
renegociar seu empréstimo.

+
**SEGUROS COM
VANTAGENS
PARA VOCÊ**

Seguro do Sicoob Credfaz Servidor Federal
é a opção inteligente. Planos com
ótimos preços e coberturas.

Apólices de autos, residências, vida, empresas,
igrejas, condomínios, celular e dispositivos móveis.
Assistência residencial com reparos de emergência*,
Suporte da seguradora e atendimento personalizado.

Sócios do **Sicoob Credfaz Servidor Federal**
têm **descontos especiais!**

LIGUE AGORA MESMO:

61 3035 8299

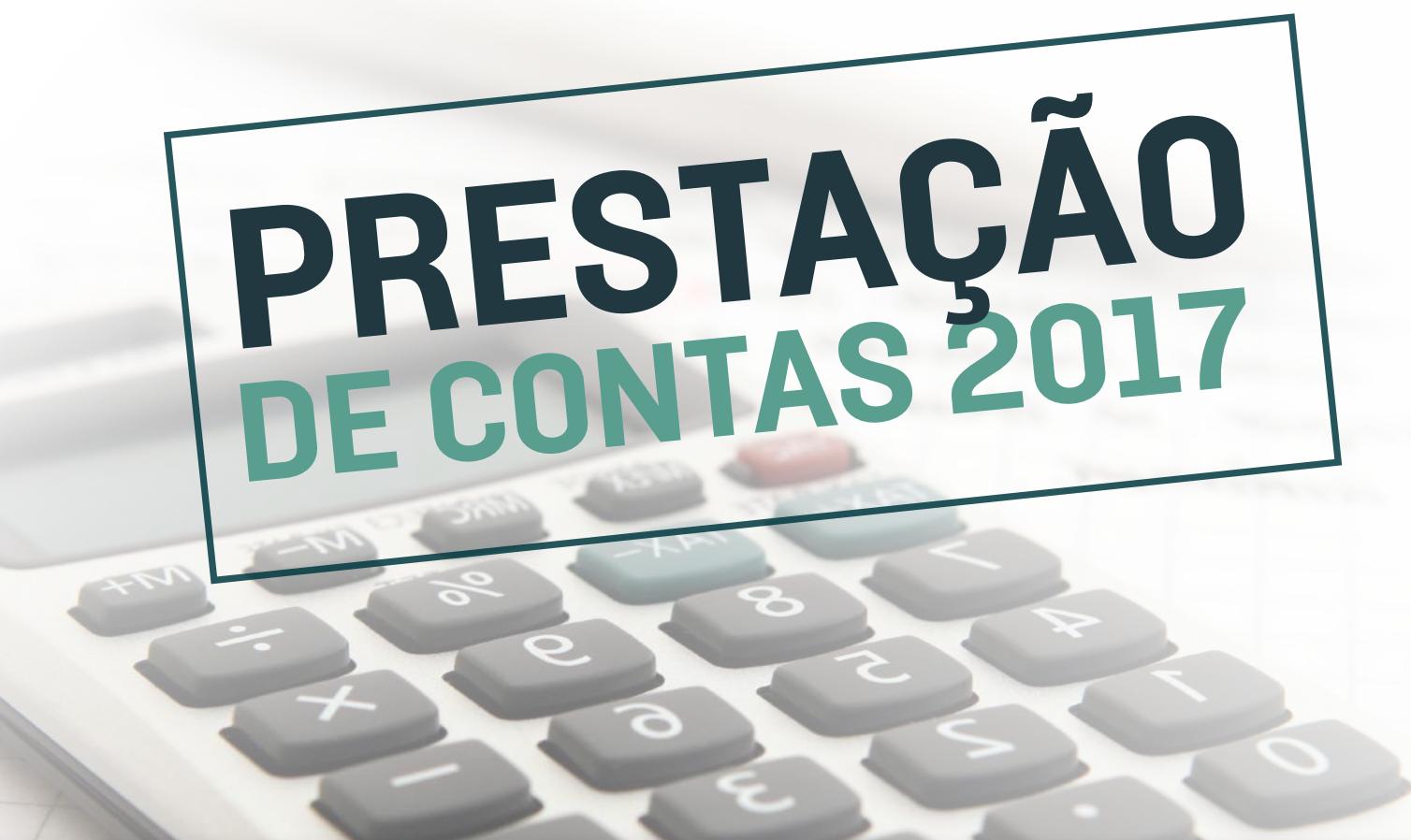
OU ACESSE:

www.credfaz.org.br

 **SICOOB**
Credfaz Servidor
Federal

encarte especial

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017



*Demonstrações contábeis
e notas explicativas*

Relatório de Auditoria

Parecer do Conselho Fiscal

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO	NOTA	(Valores expressos em reais)	
		2017	2016 Reapresentado
ATIVO CIRCULANTE		27.708.033,94	31.153.327,72
Disponibilidades		67.359,10	144.273,36
Caixa		61.280,00	51.910,00
Depósitos Bancários		6.079,10	92.363,36
Títulos e Valores Mobiliários		111.135,76	-
Contas de Fundos		111.135,76	-
Relações Interfinanceiras	03	5.019.163,52	10.506.800,19
Centralização Financeira - Cooperativas		5.019.163,52	10.506.800,19
Operações de Crédito	04	21.535.222,75	20.046.599,99
Empréstimos		22.791.485,26	21.375.394,62
(-) Provisão para Operações de Crédito		(1.256.262,51)	(1.328.794,63)
Outros Créditos	05	933.416,59	416.323,76
Créditos por Avais e Fianças Honrados		58.235,22	55.477,47
Rendas a Receber		41.521,68	135.785,43
Diversos		870.704,66	267.408,56
(-) Provisão para Outros Créditos		(37.044,97)	(42.347,70)
Outros Valores e Bens	06	41.736,22	39.330,42
Despesas Antecipadas		41.736,22	39.330,42
ATIVO NÃO CIRCULANTE		111.142.700,11	91.404.285,08
Realizável a Longo Prazo		90.400.395,29	73.858.044,39
Operações de Crédito	04	90.400.395,29	73.858.044,39
Emprestimos		93.089.838,08	75.783.731,31
(-) Provisões para operações de Crédito		(2.689.442,79)	(1.925.686,92)
Investimentos	07	20.276.796,50	16.643.313,44
Sicob Planalto Central		20.276.296,49	16.641.913,43
Outras Participações		500,01	500,01
Outros Investimentos		-	900,00
Imobilizado	08	451.462,67	893.260,28
Imobilizações de Uso		1.269.944,08	1.968.542,97
(Depreciações Acumuladas)		(818.481,41)	(1.075.282,69)
Intangível	09	14.045,65	9.666,97
Ativos Intangíveis		48.380,81	40.000,00
(Amortização Acumulada - Intangível)		(34.335,16)	(30.333,03)
TOTAL DO ATIVO		138.850.734,05	122.557.612,80

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis

José Alves de Sena
Diretor Presidente

Jorge Luiz Moreira
Contador
CRC DF 7.534

Agostinho Fernandes Bezerra
Diretor Financeiro

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO	NOTA	(Valores expressos em reais)	
		2017	2016
PASSIVO CIRCULANTE			Reapresentado
		44.373.160,96	42.121.278,07
Depósitos	10	18.549.714,11	12.568.619,97
Depósitos à Vista		1.740.473,93	889.194,71
Depósitos sob aviso		488.888,86	444.708,64
Depósitos a Prazo		16.320.351,32	11.234.716,62
Obrigações por Empréstimo	11	19.983.137,43	20.058.184,29
Cooperativa Central		19.983.137,43	20.058.184,29
Outras Obrigações	12	5.840.309,42	9.494.473,81
Cobrança e Arrecadação de Tributos		17.963,63	2.906,39
Sociais e Estatutárias		2.814.983,39	2.380.784,84
Fiscais e Previdenciárias		170.024,52	3.225.265,41
Diversas		2.837.337,88	3.885.517,17
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		3.195.033,42	270.584,74
Exigível a Longo Prazo		3.195.033,42	270.584,74
Provisão para Demandas Judiciais	26	3.195.033,42	270.584,74
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	91.282.539,67	80.165.749,99
CAPITAL		51.979.050,33	49.669.514,24
Cotas-País		51.979.050,33	49.669.514,24
RESERVAS DE CAPITAL		31.340.249,93	27.356.406,96
Reserva Legal		31.340.249,93	27.356.406,96
SOBRAS OU PERDAS		7.963.239,41	3.139.828,79
Sobras ou Perdas Acumuladas		7.963.239,41	3.139.828,79
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		138.850.734,05	122.557.612,80

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis

José Alves de Sena
Diretor Presidente

Jorge Luiz Moreira
Contador
CRC DF 7.534

Agostinho Fernandes Bezerra
Diretor Financeiro

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO 2º SEMESTRE DE 2017
E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE EDZEMBRO**
(Valores expressos em Reais)

Descrição	Nota	2 ºSem. 2017	2017	2016
Receitas da Intermediação Financeira				
Operações de Crédito	16	13.435.969,66	25.720.881,09	22.010.616,97
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		13.435.060,32	25.719.971,75	22.010.320,27
		909,34	909,34	296,70
Despesas da Intermediação Financeira				
Operações de Captação no Mercado	10	(3.071.054,45)	(5.769.787,94)	(6.184.245,38)
Operações de Empréstimos e Repasses		(697.336,56)	(1.452.841,54)	(1.265.993,79)
Provisão para Créditos de Liquidação Dúvidosa		(763.481,71)	(1.798.749,43)	(2.147.197,48)
		(1.610.236,18)	(2.518.196,97)	(2.771.054,11)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		10.364.915,21	19.951.093,15	15.826.371,59
Outras Receitas/Despesas Operacionais				
Receitas Prestação de Serviços atos não cooperativos		(2.362.513,93)	(4.709.480,90)	(5.850.465,66)
Rendas de Tarifas Bancárias		121.219,97	250.179,93	66.539,93
Outras Receitas Operacionais		123.207,24	247.311,93	194.830,31
Despesas de Pessoal	17	2.349.040,28	3.958.022,50	2.329.416,56
Outras Despesas Administrativas		(2.364.906,26)	(4.427.424,55)	(4.184.508,24)
Despesas Tributárias		(2.101.681,37)	(4.097.967,43)	(3.865.954,59)
Outras Despesas Operacionais		(19.307,43)	(56.668,57)	(36.382,99)
		(470.086,36)	(582.934,71)	(354.406,64)
Resultado Operacional		8.002.401,28	15.241.612,25	9.975.905,93
Resultado não Operacional	19	960.288,28	960.821,34	(92.487,03)
Resultado antes da Tributação do Lucro e Participações		8.962.689,56	16.202.433,59	9.883.418,90
Imposto de Renda e Contribuição Social				
Provisão para Imposto de Renda		-	(6.221,02)	-
Provisão para Contribuição Social		-	(2.852,95)	-
		-	(3.368,07)	-
Sobras Brutas antes dos Juros ao Capital		8.962.689,56	16.196.212,57	9.883.418,90
Juros ao Capital Próprio	15	(2.041.552,90)	(4.820.156,28)	(5.696.980,51)
Sobras Líquidas antes das Destinações Estatutárias		6.921.136,66	11.376.056,29	4.186.438,39
Participações Estatutárias (FATES/Reserva Legal)		(3.412.816,88)	(3.412.816,88)	(1.046.609,60)
Sobras Líquidas à Disposição da Assembleia		3.508.319,78	7.963.239,41	3.139.828,79

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis

José Alves de Sena
Diretor Presidente

Jorge Luiz Moreira
Contador
CRC DF 7.534

Agostinho Fernandes Bezerra
Diretor Financeiro

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em Reais)

ESPECIFICAÇÕES	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL
SALDOS EM 01/JAN/2016	46.677.092,08	24.796.737,55	4.222.381,73	75.696.211,36
Aumento/Baixa de Capital	(3.525.123,92)	-	-	(3.525.123,92)
Incorporação de Juros ao Capital	5.517.529,76	-	-	5.517.529,76
Incorporação de sobras ao Capital AGO 2016	1.000.016,32	-	(1.000.016,32)	-
Destinação de sobras para reserva AGO 2016	-	1.722.381,73	(1.722.381,73)	-
Distribuições de Sobras aos Associados	-	-	(1.499.983,68)	(1.499.983,68)
Sobras do exercício	-	-	4.186.438,39	4.186.438,39
Destinações				
-Reserva Legal	-	837.287,68	(837.287,68)	-
-Fates	-	-	(209.321,92)	(209.321,92)
SALDOS EM 31/DEZ/2016	49.669.514,24	27.356.406,96	3.139.828,79	80.165.749,99
Mutações do Exercício	2.992.422,16	2.559.669,41	(1.082.552,94)	4.469.538,63
SALDOS EM 01/JAN/2017	49.669.514,24	27.356.406,96	3.139.828,79	80.165.749,99
Aumento/Baixa de Capital	1.481.570,22			1.481.570,22
Transferência Conf. AGO/2017		1.139.828,90	(1.139.828,90)	-
Distribuição de Sobras Conf AGO/2017			(1.400.000,08)	(1.400.000,08)
Incorporação de sobras ao Capital	827.965,87		(827.965,87)	-
Devolução de sobras ao Capital			227.966,06	227.966,06
Sobras do exercício			11.376.056,29	11.376.056,29
Destinações				
-Reserva Legal		2.844.014,07	(2.844.014,07)	-
-Fates		-	(568.802,81)	(568.802,81)
SALDOS EM 31/DEZ/2017	51.979.050,33	31.340.249,93	7.963.239,41	91.282.539,67
Mutações do Exercício	2.309.536,09	3.983.842,97	4.823.410,62	11.116.789,68

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis

José Alves de Sena
Diretor Presidente

Jorge Luiz Moreira
Contador
CRC DF 7.534

Agostinho Fernandes Bezerra
Diretor Financeiro

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Valores expressos em Reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Sobras líquidas antes das destinações estatutárias e legais	11.376.056,29	4.186.438,39
Ajustes às sobras: (não afetaram o caixa)		
Despesas de depreciação e amortização	2.627.950,09	2.976.404,26
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	109.753,12	130.569,12
Provisões para demandas judiciais	2.518.196,97	2.771.054,11
Baixa de imobilizado	-	63.929,02
Variações patrimoniais:		
Títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos	(16.461.140,39)	(2.498.771,33)
Operações de crédito	-	10.000,00
Outros créditos	(20.549.170,63)	(12.974.523,26)
Outros valores e bens	(517.092,83)	178.086,45
Depósitos	(2.405,80)	(3.839,93)
Obrigações por empréstimos e repasses	5.981.094,14	3.750.766,14
Outras obrigações	(75.046,86)	6.548.442,60
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.292.297,39)	(4.350,44)
	(6.221,02)	(3.352,89)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	(2.457.134,01)	4.664.071,32
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de investimentos	(3.633.483,06)	(3.321.562,25)
Alienação de imobilizado de uso	349.980,54	-
Aquisição de imobilizado de uso e intangível	(22.314,73)	(60.602,28)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(3.305.817,25)	(3.382.164,53)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento/(redução) de capital	1.481.570,03	1.992.405,84
Distribuição de sobras aos associados	(1.172.033,94)	(1.499.983,68)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	309.536,09	492.422,16
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(5.453.415,17)	1.774.328,95
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(5.453.415,17)	1.774.328,95
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	10.651.073,55	8.876.744,60
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	5.197.658,38	10.651.073,55

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis

José Alves de Sena
Diretor Presidente

Jorge Luiz Moreira
Contador
CRC DF 7.534

Agostinho Fernandes Bezerra
Diretor Financeiro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2017

(Em Reais)

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DO SERVIDOR FEDERAL LTDA. – SICOOB CREDFAZ SERVIDOR FEDERAL é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 07/07/1995, filiada à CENTRAL COOPERATIVAS ECONOMIA CRÉDITO PLANALTO CENTRAL LTDA – SICOOB PLANALTO CENTRAL e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDFAZ SERVIDOR FEDERAL possui 3 Postos de Atendimento (PA's) nas seguintes localidades: SÃO PAULO – SP, RIO DE JANEIRO – RJ e BELO HORIZONTE – MG

O SICOOB CREDFAZ SERVIDOR FEDERAL tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- a)** Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- b)** A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito;
- c)** Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

As demonstrações contábeis são uniformes em relação aos exercícios apresentados, sendo as possíveis mudanças de critérios ocorridas demonstradas em nota específica. Também foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, em sua reunião datada de 26/01/2018.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009 e CPC 33 – Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/2015.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2017

1.1. Reapresentação dos Saldos Comparativos de 2016

Os saldos comparativos, relativos a 31 de dezembro de 2016, divulgados em conformidade com o previsto no Cosif 1.22.3.9, estão sendo reapresentados em cumprimento à Resolução CMN nº 4.007/2011, tendo em vista correção de erros e/ou mudanças de práticas contábeis realizados pela Administração da cooperativa, conforme demonstrado a seguir:

I) Balanço patrimonial

PASSIVO	Publicação 31/12/2016	Ajuste / Reclassificação	Saldo Reapresentado
Circulante	31.761.732,28	10.359.545,79	42.121.278,07
Saldo reclassificado:			
Depósitos	1.938.489,44	10.630.130,53	12.568.619,97
Outras Obrigações	9.765.058,55	(270.584,74)	9.494.473,81
Não circulante	10.630.130,53	(10.359.545,79)	270.584,74
Depósitos	10.630.130,53	(10.630.130,53)	-
Provisão para Demandas Judiciais	-	270.584,74	270.584,74
Patrimônio Líquido	80.165.749,99	-	80.165.749,99
Total do passivo e patrimônio líquido	122.557.612,80	-	122.557.612,80

a) Reclassificação do passivo não circulante para o circulante, referente aos depósitos a prazo, tendo em vista os recursos captados se tornarem resgatáveis depois de decorridos 30 dias, caracterizando-os como passivos de curto prazo.

b) Reclassificação das provisões para demandas judiciais do circulante para o não circulante, por se tratarem de saldos cuja exigibilidade é superior a 360 dias.

2. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "Pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear.

As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionais de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2017

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e depósitos bancários	67.359,10	144.273,36
Títulos e Valores mobiliários	111.135,76	-
Relações interfinanceiras - centralização financeira	5.019.163,52	10.506.800,19
TOTAL	5.197.658,38	10.651.073,55

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "Pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

A apropriação dos juros é interrompida após vencidos há mais de 60 dias. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 introduziram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB PLANALTO CENTRAL, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados,

móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período corrido ("Pro rata temporis"), assim como das despesas apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2017

dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por cumprir.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos (Art. 183 Decreto 3.000/1999). O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação (Art. 182 Decreto 3.000/1999).

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda,

quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os bens do imobilizado são registrados ao custo e depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil-econômica dos respectivos componentes.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados ao final de cada exercício. Se o valor contábil de um ativo for maior do que seu valor recuperável, constitui-se uma provisão para impairment de modo a ajustá-lo ao seu valor recuperável estimado.

Os bens do ativo imobilizado objeto do teste de impairment estão sendo utilizados para atendimento operacional, contribuindo para geração de fluxo de caixa e a cooperativa não espera abandona-los ou aliena-los, após essa avaliação. Não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para obrigações por descontinuação ou redução do valor recuperável de ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2017.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

3. Relações interfinanceiras

Em 31/12/2017 e 31/12/2016, os saldos em Relações Interfinanceiras estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Centralização Financeira - Cooperativas	5.019.163,52	10.506.800,19

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB PLANALTO CENTRAL, conforme previsto no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2017

4. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2017			31/12/2016
	Circulante	Não circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	9.617,54	-	9.617,54	3.959,62
Empréstimos	22.781.867,72	93.089.838,08	115.871.705,80	97.155.166,31
(-) Provisões para Operações de Crédito	(1.256.262,51)	(2.689.442,79)	(3.945.705,30)	(3.254.481,55)
TOTAL	21.535.222,75	90.400.395,29	111.935.618,04	93.904.644,38

b) Composição da carteira de crédito por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Total em	Provisões	Total em	Provisões
		31/12/2017			31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016
AA	-	Normal	29.048.020,67	-	29.048.020,67	-	29.967.145,36	
A	0,50%	Normal	59.229.837,70	-	59.229.837,70	(296.149,20)	43.902.033,55	(219.510,17)
B	1%	Normal	12.453.502,48	59.571,59	12.513.074,07	(125.130,75)	10.722.498,39	(107.224,98)
B	1%	Vencidas	1.461.413,44	-	1.461.413,44	(14.614,14)	2.609.503,08	(26.095,03)
C	3%	Normal	5.834.036,35	70.478,95	5.904.515,30	(177.135,47)	3.060.737,54	(91.822,13)
C	3%	Vencidas	979.000,48	914,80	979.915,28	(29.397,47)	1.205.544,30	(36.166,33)
D	10%	Normal	1.866.558,69	50.670,35	1.917.229,04	(191.722,91)	1.020.246,79	(102.024,68)
D	10%	Vencidas	420.729,56	-	420.729,56	(42.072,97)	880.206,05	(88.020,61)
E	30%	Normal	1.082.320,64	7.788,51	1.090.109,15	(327.032,76)	553.783,02	(166.134,91)
E	30%	Vencidas	337.519,28	0,01	337.519,29	(101.255,80)	690.436,50	(207.130,96)
F	50%	Normal	162.923,85	12.338,61	175.262,46	(87.631,25)	53.747,75	(26.873,88)
F	50%	Vencidas	398.386,15	3964,15	402.350,30	(201.175,17)	314.575,12	(157.287,56)
G	70%	Normal	57.195,39	-	57.195,39	(40.036,79)	17.559,76	(12.291,83)
G	70%	Vencidas	106.003,77	-	106.003,77	(74.202,66)	490.700,87	(343.490,62)
H	100%	Normal	949.119,39	18.639,40	967.758,79	(967.758,81)	240.369,68	(240.369,68)
H	100%	Vencidas	1.270.389,13	-	1.270.389,13	(1.270.389,15)	1.430.038,17	(1.430.038,17)
Total Normal			110.683.515,16	219.487,41	110.903.002,57	(2.212.597,94)	89.538.121,84	(966.252,27)
Total Vencidos			4.973.441,81	4.878,96	4.978.320,77	(1.733.107,36)	7.621.004,09	(2.288.229,28)
)Total Geral			115.656.956,97	224.366,37	115.881.323,34	(3.945.705,30)	97.159.125,93	(3.254.481,55)
Provisões			(3.908.773,40)	(36.931,90)	(3.945.705,30)		(3.254.481,55)	
Total Líquido			111.748.183,57	187.434,47	111.935.618,04		93.904.644,38	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	7.738.266,48	14.828.852,41	93.089.838,08	115.656.956,97

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	31/12/2017	% da Carteira
Setor Privado – Serviços	-	8.773,69	8.773,69	0%
Pessoa Física	224.366,37	115.648.183,28	115.872.549,65	100%
TOTAL	224.366,37	115.656.956,97	115.881.323,34	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial		(3.254.481,55)
Constituições/Reversões		(2.458.484,45)
Transferência/Reversões para prejuízo		1.767.260,70
TOTAL	(3.945.705,30)	(3.254.481,55)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Devedor	387.573,91	0,33%	339.631,09	0,35%
10 Maiores Devedores	3.406.312,61	2,93%	2.634.625,93	2,70%
50 Maiores Devedores	13.155.210,25	11,35%	10.123.396,61	10,43%

Em 31/12/2017, a cooperativa apresentou saldo de renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 55.902.495,83, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2017

5. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Avais e Fianças Honrados	58.235,22	55.477,47
Rendas a Receber	41.521,68	135.785,43
Diversos	870.704,66	267.408,56
(-) Provisões para Outros Créditos - Avais e Fianças Honrados	(37.044,97)	(42.347,70)
TOTAL	933.416,59	416.323,76

a) O saldo de Rendas a Receber está composto, basicamente, pelo rateio da centralização financeira, no valor de R\$ 40.908,58, a ser recebido do Sicoob Planalto Central em janeiro de 2018.

b) Em Diversos, os principais registros são: Adiantamentos para despesas diversas (R\$ 2.840,24), Depósito Judicial relativo ao PIS (R\$ 28.625,02) e à COFINS (R\$ 145.650,64), e Pendências a Regularizar (R\$ 684.529,37).

6. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas Antecipadas	41.736,22	39.330,42

As despesas antecipadas referem-se aos auxílios alimentação e transportes concedidos aos funcionários da cooperativa.

7. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB PLANALTO CENTRAL.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Participações em cooperativa central de crédito	20.276.296,49	16.641.913,43
Outras participações	500,01	500,01
Outros Investimentos	-	900,00
TOTAL	20.276.796,50	16.643.313,44

8. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depreciação
Edificações	626.447,45	1.338.980,26	4%
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	(320.168,30)	(630.633,20)	
Instalações	26.963,95	26.963,95	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(25.966,97)	(25.760,57)	
Móveis e equipamentos de Uso	244.742,36	239.228,32	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(159.822,35)	(143.905,39)	
Sistema de Comunicação	5.895,00	5.895,00	20%
Sistema de Processamento de Dados	360.396,32	353.126,44	10%
Sistema de Segurança	5.499,00	4.349,00	10%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(312.523,79)	(274.983,53)	

9. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Sistema SISBR	48.380,81	40.000,00
(-) Amortização Acumulada	(34.335,16)	(30.333,03)
TOTAL	14.045,65	9.666,97

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2017

O valor registrado na rubrica "Intangível", refere-se a licenças de uso do Sistema de Informática do Sicoob – SISBR, adquirida da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. – SICOOB CONFEDERAÇÃO.

10. Depósitos

Composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-los, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos preestabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixados. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis", já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	1.740.473,93	889.194,71
Depósito Sob Aviso	488.888,86	444.708,64
Depósito a Prazo	16.320.351,32	11.234.716,62
TOTAL	18.549.714,11	12.568.619,97

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN nº 4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos Principais Depositantes

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Depositante	2.105.691,77	11,64%	1.281.910,71	10,48%
10 Maiores Depositantes	7.771.523,50	42,93%	5.051.742,54	41,32%
50 Maiores Depositantes	13.926.093,24	76,94%	9.754.674,67	79,81%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2017	2016
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(44.180,22)	(54.656,92)
Despesas de Depósito a Prazo	(1.384.361,01)	(1.196.238,61)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidos de Crédito	(24.300,31)	(15.098,26)
TOTAL	(1.452.841,54)	(1.265.993,79)

11. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e capital de giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
SICOOB PLANALTO CENTRAL	19.983.137,43	20.058.184,29

12. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	17.963,63	2.906,39
Sociais e Estatutárias	2.814.983,39	2.380.784,84
Fiscais e Previdenciárias	170.024,52	3.225.265,41
Diversas	6.032.371,30	4.156.101,91
TOTAL	9.035.342,84	9.765.058,55

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2017

12.1. Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Fates – Resultado de Atos com Associados	2.361.673,12	1.986.935,09
Fates – Resultado de Atos com não Associados	98.703,81	98.703,81
Cotas de Capital a Pagar	354.606,46	295.145,94
TOTAL	2.814.983,39	2.380.784,84

a) O Fates é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

b) Cotas de Capital a Pagar refere-se a cotas de capital a devolver de associados desligados.

12.2. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Impostos e Contribuições a Recolher	170.024,52	212.994,13
Provisão para Riscos Fiscais	-	3.012.271,28
TOTAL	170.024,52	3.225.265,41

12.3. Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para Pagamentos a Efetuar	1.897.617,70	3.073.446,43
Provisão para Demandas Judiciais (Nota 26)	3.195.033,42	270.584,74
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	117.005,08	-
Recursos de Garantias Realizadas	217.541,41	217.541,41
Credores Diversos – País	605.173,69	594.529,33
TOTAL	6.032.371,30	4.156.101,91

a) As provisões para pagamentos a efetuar são compostas basicamente por Despesas de Pessoal (R\$ 228.375,94) e Seguro Prestamista (R\$ 1.656.034,05).

b) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas refere-se à contabilização da provisão apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Até 31 de dezembro de 2016, esta provisão vinha sendo contabilizada na rubrica 4.9.9.35.00-2 – “Provisão para Contingências” (vide Nota 26) tendo sido reclassificada para a conta 4.9.9.45.00-9 a partir de janeiro de 2017, conforme determina o § 3º, do artigo 6º, da Resolução CMN nº 4.512/2016.

c) Em Recursos de Garantias Realizadas está registrado o saldo de incorporação da Credifisco referente a taxa garantidora de recursos.

d) Os principais valores registrados em Credores Diversos são: pendências a regularizar (R\$ 75.363,93), rateio das despesas do Sicoob Planalto Central (R\$ 130.583,25) e saldos credores – encerramento conta corrente (R\$ 388.045,31).

13. Instrumentos financeiros

O SICOOB CREDFAZ SERVIDOR FEDERAL opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2017

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

14. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	51.979.050,33	49.669.514,24
Quantidade de Associados	5.565	5.605

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 20%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2017	2016
Sobras Brutas do 1º Semestre	4.454.919,63	2.113.856,63
Sobras Brutas do 2º Semestre	6.921.136,66	2.072.581,76
Sobras Brutas do Exercício	11.376.056,29	4.186.438,39
Fates	(568.802,81)	(209.321,92)
Reserva Legal	(2.844.014,07)	(837.287,68)
Sobras Líquidas do Exercício	7.963.239,41	3.139.828,79

15. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa provisionou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme circular BACEN nº 2.739/1997.

16. Rendas de operações de crédito

Descrição	2017	2016
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	9.136,55	4.033,08
Rendas de Empréstimos	24.522.953,44	21.407.413,27
Rendas de Financiamentos	4.520,07	61.033,39
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.183.361,69	537.840,53
TOTAL	25.719.971,75	22.010.320,27

17. Outras Rendas Operacionais

Descrição	2017	2016
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	1.050.576,76	1.152.633,56
Recuperação de Encargos e Despesas	119.969,85	721.755,60
Reversão de Provisões Operacionais	1.867.980,80	-
Outras Rendas Operacionais	919.495,09	455.027,40
TOTAL	3.958.022,50	2.329.416,56

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2017

18. Outras Despesas Administrativas

Descrição	2017	2016
Despesas de agua energia e gás	(48.191,99)	(51.924,15)
Despesas de alugueis	(71.764,36)	(60.656,10)
Despesas de comunicações	(169.073,59)	(215.557,46)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(152.292,17)	(96.849,39)
Despesas de material	(50.408,22)	(34.917,52)
Despesas de processamento de dados	(178.577,63)	(217.749,94)
Despesas de promoções e relações públicas	(2.545,30)	(39,60)
Despesas de propaganda e publicidade	(11.574,14)	(4.703,69)
Despesas de seguros	(14.021,56)	(24.984,66)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(755.937,50)	(638.777,32)
Despesas de serviços de terceiros	(200.317,40)	(219.722,42)
Despesas de serviços de vigilância e segurança	(128.193,01)	(121.167,13)
Despesas de serviços técnicos especializados	(131.131,12)	(134.495,43)
Despesas de transporte	(32.156,46)	(30.076,75)
Despesas de viagem no país	(20.123,02)	(2.266,02)
Rateio de despesas da central	(1.553.079,47)	(1.382.537,20)
Outras despesas administrativas	(468.827,37)	(498.960,69)
Despesas de amortização	(4.002,13)	(3.999,96)
Despesas de depreciação	(105.750,99)	(126.569,16)
TOTAL	(4.097.967,43)	(3.865.954,59)

19. Resultado não operacional

Descrição	2017	2016
Ganhos de Capital	1.219.636,94	23.248,48
(-) Perdas de Capital	(258.815,60)	(115.735,51)
Resultado Líquido	960.821,34	(92.487,03)

20. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ativo		
Operações de Crédito	1.055.800,11	522.379,29
Passivo		
Depósitos a Vista e a prazo	2.077.012,34	1.780.575,46
Patrimônio Líquido		
Capital Social	666.036,51	563.844,91

A remuneração paga pelos serviços desses profissionais refere-se exclusivamente a honorários da diretoria, às cédulas de presença dos conselheiros e aos correspondentes encargos sociais, conforme deliberado em Assembleia Geral Ordinária.

Honorários	1.039.976,86	962.477,18
Encargos Sociais	197.303,58	186.916,15
TOTAL	1.237.280,44	1.149.393,31

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2017

21. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DO SERVIDOR FEDERAL LTDA. – SICOOB CREDFAZ SERVIDOR FEDERAL, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CENTRAL COOPERATIVAS ECONOMIA CRÉDITO PLANALTO CENTRAL LTDA – SICOOB PLANALTO CENTRAL, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB PLANALTO CENTRAL é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB PLANALTO CENTRAL a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDFAZ SERVIDOR FEDERAL responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB PLANALTO CENTRAL perante terceiros, até o limite do valor das cotas-parte do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da cooperativa com o SICOOB PLANALTO CENTRAL:

	Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ativo			
Centralização Financeira		5.019.163,52	10.506.800,19
Investimentos		20.276.296,49	16.641.913,43
Passivo			
Obrigação por Empréstimos e Repasses		19.983.137,43	20.058.184,29

Os auditores independentes responsáveis pelo exame das demonstrações contábeis do SICOOB PLANALTO CENTRAL, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, emitiram relatório de auditoria datado de 16 de fevereiro de 2018, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

22. Gerenciamento de Risco

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN nº. 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no Sicoob Confederação, a Superintendência de Gestão de Risco e Capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

22.1. Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2017

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional, o SICOOB CREDFAZ SERVIDOR FEDERAL possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

22.2. Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB CREDFAZ SERVIDOR FEDERAL objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, o SICOOB CREDFAZ SERVIDOR FEDERAL aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, o SICOOB CREDFAZ SERVIDOR FEDERAL possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

22.3. Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito do SICOOB CREDFAZ SERVIDOR FEDERAL objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o SICOOB CREDFAZ SERVIDOR FEDERAL aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o SICOOB CREDFAZ SERVIDOR FEDERAL possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

22.4. Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB CREDFAZ SERVIDOR FEDERAL objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o SICOOB CREDFAZ SERVIDOR FEDERAL aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2017

do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a)** avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b)** planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c)** adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no

capital das entidades do Sicoob.

23. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2017, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 2.941.962,48, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

24. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio de Referência	82.772.325,52	74.185.887,53
Ativos Ponderados por Risco – RWA	101.182.849,28	87.247.671,93
PR Mínimo Requerido para – RWA	10.624.199,17	9.161.005,55
PR Nível I Mínimo Requerido para – RWA	8.600.542,19	7.416.052,11
Capital Principal Mínimo Requerido para – RWA	7.082.799,45	6.107.337,04
Índice de Basileia	81,80%	85,03%

25. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2017		31/12/2016	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98	3.186.546,94	174.275,66	174.275,66	174.275,66
Outras Demandas Judiciais	8.486,48	-	8.486,48	-
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 12.3)	-	-	87.822,60	
TOTAL	3.195.033,42	174.275,66	270.584,74	174.275,66

PIS e COFINS – Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS, tendo registrado, consequentemente, as correspondentes obrigações como provisão para demandas judiciais fiscais. Os valores depositados em juízo e contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia são oriundos da incorporação da Credifisco.

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDFAZ SERVIDOR FEDERAL, existem processos judiciais cíveis e trabalhistas nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 160.622,00 (R\$ 47.000,00 em 31 de dezembro de 2016).

BRASÍLIA-DF, 31 de dezembro de 2017.

José Alves de Sena
Diretor Presidente

Jorge Luiz Moreira
Contador
CRC DF 7.534

Agostinho Fernandes Bezerra
Diretor Financeiro

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito do Servidor Federal Ltda. – Sicoob Credfaz Servidor Federal
Brasília/DF

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito do Servidor Federal Ltda. – Sicoob Credfaz Servidor Federal, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Credfaz Servidor Federal em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Brasília/DF, 23 de fevereiro de 2018.

Nestor Ferreira Campos Filho
Contador CRC DF – 013421/O-9
CNAI 1727

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito do Servidor Federal Ltda. – Sicoob Credfaz Servidor Federal, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conferidas pelo art. 58 do seu Estatuto, examinou o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e as demais Demonstrações Contábeis, encerradas em 31 de dezembro de 2017, bem como os relatórios gerenciais, documentos e informações pertinentes às operações realizadas pela Sicoob Credfaz Servidor Federal, a fim de poder expressar opinião sobre os atos da administração relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

1. Com base nos documentos examinados, nas averiguações periódicas deste Conselho, nos esclarecimentos prestados pelos membros da Diretoria e Controller, no período de 01/01/2017 a 31/12/2017, o Conselho Fiscal é de opinião que os atos da administração foram praticados com obediência aos preceitos da legislação vigente e do Estatuto Social da Sicoob Credfaz Servidor Federal, estando adequadamente refletidos, em seus aspectos relevantes, nas suas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2. Desta forma, este Conselho Fiscal, pela unanimidade dos seus membros, recomenda à Assembleia Geral Ordinária, a aprovação da prestação de contas da Cooperativa de Crédito do Servidor Federal Ltda. – Sicoob Credfaz Servidor Federal, relativas ao exercício de 2017.

Brasília, 15 de fevereiro de 2018.

José Alves de Souza Neto
Presidente

Rossana Valéria Gonçalves
Secretária

Ivanilce Mangabeira Borges
Conselheira